



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 10/2010 -----

-----Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

**1 - ORDEM DO DIA** -----

**-----1.1 - APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009-----**

**D.A.G.F./DOC.1**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo a documentação acima referenciada, incluindo o Relatório de Gestão do ano de 2009, o Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção fazendo referência aos argumentos base que entende serem mais relevantes acerca desta matéria, e que a seguir se transcrevem na íntegra:-----

-----“O actual Executivo Municipal tomou posse no dia 2 de Novembro de 2009, não sendo responsável pela parte substancial da execução orçamental do exercício relativo ao ano da Prestação de Contas; -----

-----A actividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão muito reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas; -----

-----O Concelho de Oliveira do Hospital apresenta uma elevadíssima taxa de desemprego, de cerca do dobro da média nacional;-----

-----Foi efectivada a instalação do GIP – Gabinete de Inserção Profissional, proporcionando-lhe instalações e condições técnicas e humanas de funcionamento; -----

-----E tendo em conta a preocupação em satisfazer algumas necessidades ocasionais de recursos humanos por parte das freguesias e da própria Câmara Municipal, foram integradas diversas pessoas em programas de ocupação; -----

-----Não foi ainda em 2009 que se conseguiram vislumbrar novas expectativas favoráveis em relação às novas instalações para a ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e à concretização dos IC6/IC7 e IC37; -----

-----Estes investimentos estruturantes são sobretudo um factor de união entre os diversos agentes políticos, económicos, sociais, culturais e quaisquer outros, pelo que a Câmara Municipal tudo fará para que o bom exemplo dado na Assembleia Municipal em relação à Moção de Reivindicação pela



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Construção dos IC6/IC7 e IC37 se alargue neste e noutros temas determinantes para o futuro e para o desenvolvimento integrado e sustentado do Concelho de Oliveira do Hospital; -----

-----Os projectos de maior expressão financeira foram objecto de candidatura a fundos comunitários através do QREN, sendo que alguns deles se encontram incluídos no pacote da Contratualização no âmbito da CIMPIN; -----

-----Havia em 31 de Dezembro cerca de 2 milhões e 600 mil euros de fundos comunitários em saldo a favor do Município de Oliveira do Hospital; -----

-----A taxa de execução global do PPI foi de 47,85%;-----

-----O Objectivo “Comunicações e Transportes” representa cerca de 41% do total do PPI e a “Habitação e Urbanização” cerca de 33%, pelo que ambos acumularam quase  $\frac{3}{4}$  do valor total dos investimentos realizados; -----

-----As requalificações urbanísticas levadas a efeito na Cidade corresponderam a um investimento de quase 2 milhões de euros;-----

-----No caso das receitas a taxa de execução foi de 64,58%, o que é um resultado bastante superior às taxas de execução verificadas nos últimos anos; -----

-----Relativamente às despesas a sua taxa foi de 62,26%, também ela um pouco superior aos dados relativos aos dois últimos anos anteriores a 2009;-----

-----Cumpru-se também em 2009 a tendência de muitos anos em que se verifica a afectação de uma boa parte das receitas correntes em despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas; -----

-----Tal como em 2008, também em 2009 se verificou um aumento da participação municipal no Orçamento do Estado em 5% (FEF), sendo justificável a sua abordagem neste contexto, em virtude de ser aqui relevante o facto das despesas com pessoal não terem acompanhado proporcionalmente aquele aumento, na medida em que o seu crescimento face ao ano anterior foi de apenas 1,15%, bastante inferior aos aumentos que se haviam registado em 2007, de 8,75% e em 2006, de 9,57%; ---

-----Tem-se naturalmente verificado uma relação constante entre receitas relacionadas com transferências de capital e as despesas com investimentos, sendo que em 2009, estas despesas ascenderam a 1,45 vezes o montante relativo àquelas transferências;-----

-----A situação financeira da Autarquia nos anos anteriores a 2008 evidenciava uma diminuição da dívida de médio/longo prazo, ao mesmo tempo que a dívida de curto prazo sofria uma progressão, mas no final do ano de 2009 é visível uma estabilização da dívida a curto prazo face aos dois anos anteriores e é substancial o aumento da dívida de médio/longo prazo decorrente da contratação do referido empréstimo de 5.000.000 €.”-----

-----Com conhecimento prévio dos documentos de prestação de contas em análise e após os esclarecimentos prestados, o Presidente da Câmara solicitou aos Senhores Vereadores, que se pronunciassem sobre o assunto em análise. -----

-----O Vereador Paulo Rocha, tomando uso da palavra, começou por fazer referência a algumas correcções textuais, que entendeu serem pertinentes, em alguns dos pontos descritos no Relatório de Gestão, as quais foram subscritas pelos restantes membros do executivo. No âmbito da análise que efectuou aos documentos em apreço solicitou alguns esclarecimentos e referiu que “tal como disse o Sr. Presidente da Câmara, a responsabilidade, numa parte substancial daquilo que estes documentos traduzem, foi do executivo anterior, ou seja, 10 (dez), em 12 (doze) meses. Há aspectos que me parecem que devem ser realçados e que estão contemplados neste Relatório de Gestão, que é mais técnico do que político e entende-se, porque o actual executivo tomou posse no dia 2 de Novembro, considerando que 2009 foi um ano em que decorreram três actos eleitorais, e isso não é de somenos importância num órgão com a natureza de uma Autarquia Local, deve na minha opinião saber que o controle dos custos com o pessoal, trata-se de uma questão que “é visível e está evidenciada no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Relatório de Gestão nas páginas 6/40 e 25/40, quer com uma redução efectiva do número de pessoas ao serviço, em 31 de Dezembro de 2009, em relação a 31 de Dezembro de 2008, mas também pelo crescimento da massa salarial e das suas consequências que como foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara na sua introdução, registou um crescimento de apenas 1,15%, e isso é importante numa estrutura como a Câmara Municipal”. -----

-----Salientou ainda as execuções do PPI em 47,25 % e a execução orçamental, o que no seu entender significa que quase 50% daquilo que foram as previsões e as intenções do executivo para o ano de 2009 foram concretizadas. Disse igualmente que, tal como é referido no Relatório de Gestão, houve uma execução acima dos anos anteriores na receita e na despesa, que se cifra na ordem dos 63% a 64%, em média. -----

-----Sublinhou também o facto do Relatório de Gestão fazer referência ao reconhecimento de que “existe uma dificuldade clara dos executivos em efectuar previsões orçamentais que sejam próximas da realidade, por uma série de factores que desde sempre defendemos com os quais o Sr. Presidente da Câmara e o seu executivo em permanência se irão certamente defrontar neste corrente ano de 2010”. Referiu-se também à afectação de receitas correntes a despesas de capital, o que, na sua opinião, quer dizer que existiu um esforço ao longo dos anos por parte do executivo em conter as despesas correntes, para que, aquilo que sobra dessas receitas, que lhe seriam afectas, seja canalizado para investimento, tentando com isso melhorar as condições de vida existentes no concelho de Oliveira do Hospital. Sublinhou ainda que o endividamento cresceu menos em 2009 do que de 2007 para 2008, realçando esse decréscimo pelo facto do ano de 2009 ter sido um ano eleitoral. -----

-----No que diz respeito à dívida de curto prazo que é mencionada no Relatório de Gestão como tendo crescido de 2007 para 2008 e que em 2009 estabilizou, entende que também deveria ter sido referido que existiam disponibilidades suficientes em caixa e depósitos bancários para proceder à liquidação na íntegra da dívida a curto prazo e que o Município ainda ficaria com cerca de 500.000,00 € (quinhentos mil euros) de disponibilidades, ou seja, a dívida a curto prazo existia a 31 de Dezembro, salientando que “isto tem a ver muitas vezes não com o facto de não se querer pagar mas com documentos que entram nessa data, ou em data posterior, com referência a 31 de Dezembro”. Disse ainda que, no seu entender, significa que, em termos de endividamento o Município de Oliveira do Hospital tinha uma situação financeira completamente estável e que em 2009, apesar de toda a pressão dos actos eleitorais não houve deslizamentos a esse nível.

-----Considera ainda “despropositadas” as conclusões terceira e quarta, referidas nas páginas 31 e 33, por entender que são constatações básicas daquilo que é a actividade do município e que sempre foram defendidas pelos executivos presididos por Mário Alves e também por Carlos Portugal, salientando que “de facto a actuação do PPD/PSD, na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, sempre teve estes factores em linha de conta. Portanto isto não é novidade nenhuma e não me parece que tenha substância suficiente para ser apontado como conclusão a este nível”. -----

-----Concluiu referindo que “em resumo e não enjeitando as responsabilidades que partilhei de 2005 a 2009 no executivo, irei votar favoravelmente os documentos de prestação de contas de 2009 bem como a proposta de aplicação do resultado líquido que lhe é subjacente”. -----

-----Em seguida, tomando uso da palavra, os vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos denominado Oliveira do Hospital Sempre – OHS, referiram que, após análise efectuada aos documentos em apreço, contabilisticamente não têm qualquer dúvida, salientando no entanto que, tal como já aqui foi referido, aproximadamente 90% das contas dizem respeito ao mandato anterior. Por esta razão e bem assim pelo facto de nas GOP's e Orçamento do município existirem obras que implicaram ao município determinada despesa, e significativa, que não subscreviam, referiram que iriam abster-se na aprovação dos documentos da Conta referente ao ano 2009.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Em face do exposto, interveio o Vereador Mário Alves que começou por referir que “contrariando o meu colega de vereação, Paulo Rocha, eu diria que, sobre as contas não me vou pronunciar, porque contas são contas e os números dizem tudo, tal como sempre afirmei aqui neste fórum, aquando da prestação de contas”. Prosseguiu referindo que “no que diz respeito ao Relatório de Gestão apresentado, eu diria que ele é politicamente refinado e maquiavélico”. Mais referiu que “começa por ser maquiavélico quando ao nível da abordagem que faz das ausências ao serviço dos trabalhadores, diz que “ocorreu um volume global de 10.686,5 dias de ausência, repartidos entre os diversos grupos cargos/carreiras, sendo mais expressivo o número de dias não trabalhados no grupo de pessoal Assistente Operacional, refira-se a título exemplificativo que neste grupo de pessoal, o número de ausências representa prescindir de 32 trabalhadores durante um ano inteiro considerando o número de dias úteis a mais de 245 dias”. Sublinhou que no entanto que não faz qualquer referência aos nove funcionários ao nível do pessoal de Assistentes Técnicos que estiveram ausentes durante todo o ano, nem os dois funcionários de Técnicos Superiores que estiveram ausentes o ano todo. Referiu assim entender que “este Relatório, para efectivamente ser consistente, ou dá um exemplo global e faz a abordagem de toda a gente, ou não entra nestas mesquinhas, de que logo a seguir entra em contradição quando refere que “através do quadro seguinte pode verificar-se que a média maior de dias de trabalho não realizados por trabalhador se encontra no grupo do pessoal Assistente Técnico”, contradizendo a tese anteriormente defendida. -----

-----Disse igualmente que um dos aspectos que lhe parece ser também despropositado no referido relatório, é a comparação quinquenal das despesas com o pessoal. Salientou ainda que a prova de que este relatório “é politicamente refinado e maquiavélico”, é que a despesa de pessoal engrossa com aumento dos vencimentos, com aumento de pessoas activas e com mudanças de escalões, sublinhando que “isto é que faz engordar a despesa do pessoal”. Explicou igualmente que “o que faz o aumento de activos no pessoal são necessidades que têm de ser supridas, ou seja, necessidades por novos serviços que se põem a funcionar na estrutura, ou necessidades decorrentes de serviços implementados pelo Governo e que foram transferidos para as autarquias, que foi o que aconteceu na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital”, citando a título de exemplo, a passagem do Programa de Inglês para o Desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular e o Prolongamento de Horários no 1º CEB que foi alargado a todas as Escolas do Pré-Escolar, verificando-se assim um aumento de activos por força de novos serviços que começaram a ser prestados pela autarquia, e que nalguns casos “foram impostos pelo Governo”. Afirmou ainda que “esta análise que é aqui feita está completamente despropositada e desvirtuada, porque, ou se faz uma análise daquilo que são efectivamente os elementos que podem contabilizar para este efeito ou não se faz essa análise. Disse ainda entender que face aos valores apresentados no referido relatório, as despesas com pessoal, no ano de 2009, na prática, reduziram e não aumentaram. -----

-----Referiu ainda que “há aqui uma outra questão que, sinceramente, eu não entendi, e que é muito engraçada, ou seja, o autor deste Relatório de Gestão, que não foi o Sr. Presidente, necessariamente, embora o assine, mas o autor deste relatório conseguiu fazer uma coisa que é incrível, e que foi, criar ele uma nova classificação de receitas, considerando quatro grupos, as certas e permanentes, as certas e variáveis, as relativas a projectos específicos, as incertas ou materialmente irrelevantes e as extraordinárias”. Sublinhou que “isto é espectacular porque são estes elementos que depois são utilizados para fazer uma comparação e dizer que não foi respeitado o princípio do equilíbrio financeiro. Ou seja, serviu para dizer que receitas certas são, o Fundo Social, o Fundo Municipal e o Fundo de Equilíbrio e a percentagem de 5% de IRS. Esclareceu ainda que “com esta classificação, chegaríamos à conclusão de que o IRS é uma receita certa, não, então nessa perspectiva é uma receita variável, porque ela varia em função daquilo que é pago anualmente pelos contribuintes”. Acrescentou ainda que “dentro das receitas certas, o IMI é uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

receita certa, e é uma receita certa com uma variável positiva. E portanto, como é que uma receita como a do IMI, que é uma receita com variável positiva e nunca negativa, não é considerada uma receita certa, ao contrário do IMT, que está dependente do volume de negócios efectuados na área de jurisdição do concelho e que pode variar para cima ou para baixo, como normalmente acontece, do IUC porque também é uma receita que, se não houver renovação de frota no concelho por parte dos munícipes, os carros vão envelhecendo e a receita vai reduzir porque é uma receita que está adequada ao período de vida da viatura. Agora se se quer utilizar alguma classificação ao nível das receitas tem que se utilizar aquilo que está plasmado na Lei das Finanças Locais e que determina que é em função daquelas receitas que é calculada a capacidade de endividamento da autarquia, Porque, segundo a perspectiva, lançada nesse relatório pelo “escriba”, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, não teria qualquer capacidade de endividamento neste momento, porque verificava as tais receitas certas e permanentes, e havia um défice relativamente àquilo que são as despesas certas e permanentes, e portanto não teríamos qualquer capacidade de endividamento. Portanto, eu acho que haveria aqui muitos outros exemplos que poderia utilizar, mas eu acho que estes são suficientemente elucidativos para demonstrar efectivamente que este Relatório de Gestão é “politicamente refinado e maquiavélico”. Há aqui coisas que não fazem qualquer sentido, porque não é feita uma análise isenta daquilo que efectivamente deve ser a leitura dos números. Os números não os contesto hoje, não os contestei no passado, nem vou contestar no futuro. Poderei no futuro vir a dizer que se fosse eu teria tido outras opções em termos de utilização financeira, agora, números são números, nós aprovamos o Plano e sabemos que o Plano e Orçamento são documentos previsionais, e são documentos previsionais que o executivo em permanência pode adaptar às realidades e circunstâncias que entretanto se vão detectando ao longo do ano económico, sendo que a Conta de Gerência é a projecção dessas opções em números, e isso eu não ponho em causa. Referiu igualmente que “independentemente de ter a responsabilidade em dez meses de gestão, nesta autarquia, relativamente ao que está em análise, e se as votações fossem efectuadas em separado, eu votaria contra o Relatório de Gestão e a favor das Contas”. Sublinhou ainda que também achou despropositado que no Relatório de Gestão se fizesse alusão aos critérios utilizados pelo Banco de Portugal para classificar os rácios da autarquia, salientando que “isso não faz qualquer sentido e nem é feito por nenhuma autarquia do país”. Disse ainda entender que não “estamos a falar de uma empresa que visa lucros, ou de um Banco, mas sim de uma entidade que presta serviços, e alguns deles, como sabemos, com elevados custos sociais.”-----

-----Sobre o assunto, interveio ainda o Vereador José Francisco Rolo referindo que, à semelhança de outros Relatórios de Gestão do passado, foram utilizados os indicadores e os instrumentos que se entendeu que poderiam expressar melhor a execução orçamental do município, no ano a que diziam respeito. Salientou ainda que “depois de ter lido este Relatório diria que é exaustivo como outros relatório foram, daí que é tão claro como outros relatórios foram. Houve o cuidado de não fazer qualquer juízo de valor político sobre o passado, e que era fácil de fazer naturalmente. É sobretudo um relatório analítico e descritivo. É um relatório técnico, e como aqui foi dito, sem considerações políticas, ainda que, haja referência a alguns factos políticos é certo. Por isso votarei favoravelmente, quer o Relatório de Gestão quer as Contas.”-----

-----Relativamente à questão levantada pelo Vereador Mário Alves acerca dos gastos com pessoal decorrentes dos novos serviços criados e impostos pelo Governo, esclareceu que os serviços não são impostos pelo Governo, são negociados com a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses que depois por sua vez negocia as condições de transferência desses serviços, sublinhando que “isso é dito e assumido no Relatório de Gestão, na página 24 e seguintes”.-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara esclareceu que a principal linha orientadora que foi dada pelo executivo em permanência aos responsáveis pela elaboração do Relatório de Gestão em análise, foi no sentido de que ele fosse um documento essencialmente técnico e não político, discordando das afirmações do Sr. Vereador Mário Alves ao considerá-lo “politicamente refinado e maquiavélico”. Mais referiu que, independentemente de duas ou três questões apresentadas e que no seu entender poderão gerar polémica, e bem assim pelo facto de verificar que existe alguma razão no que diz respeito ao cuidado na escrita, lhe parece que as directrizes foram bastante claras a esse respeito, pelo que, tal como referiu o Sr. Vereador Paulo Rocha, na leitura que fez, trata-se de um documento mais técnico do que político. Sublinhou igualmente de que “foi essa a nossa directriz e a nossa intenção declaradamente”. -----

-----No que se refere ao controle de custos de pessoal referiu concordar com as declarações do Sr. Vereador Mário Alves por constatar de que, efectivamente, face aos aumentos verificados, os custos de pessoal “comparativamente até diminuíram”, salientando que “estou perfeitamente de acordo consigo”. Garantiu no entanto que a intenção do executivo em permanência é que “este relatório fosse sobretudo muito técnico e pouco político”. -----

-----Dirigindo-se ao Vereador Mário Alves disse ainda que “onde fez leituras implícitas ao seu executivo anterior, acho que fez mal. Fez uma leitura errada, partiu de alguns pressupostos absolutamente pequenos para fazer essa leitura, e na minha opinião não há aqui nenhuma crítica implícita ao seu trabalho, pelo contrário, porque também foi uma das directrizes que o executivo em permanência deu às pessoas que elaboraram este relatório e que foi discutido em diversas reuniões que realizámos sobre o assunto”. Disse ainda que independentemente da perspectiva que cada um faz e que é “ou do copo cheio ou do copo vazio”, “o senhor conseguiu ver aí uma posição, utilizando o termo “maquiavélico”, que no meu entender é exagerada, e não houve essa intenção”. --

-----O Vereador Mário Alves respondeu que “é por essa subtilidade utilizada nesse relatório, que eu o classifiquei de politicamente refinado e maquiavélico”. Disse ainda que “porque é precisamente na subtilidade da utilização dos números na procura de demonstração de determinados factos que está a questão política mais subjacente”. Mais referiu que, no que diz respeito às condições de endividamento do Município e tal como foi referido pelo Sr. Presidente “está previsto que o Município de Oliveira do Hospital venha a receber cerca de dois milhões de euros de fundos comunitários”. Razão pela qual entende que “também poderia estar plasmado no relatório de que há a possibilidade do Município de Oliveira do Hospital receber dois milhões de euros de financiamento, via empréstimo, o que significa que a autarquia de Oliveira do Hospital, ao contrário do que se procurou propalar, está em óptimas condições para continuar a investir”. Salientou ainda que “não há nenhuma autarquia na nossa região da nossa dimensão, e poucas no país, que tenham a capacidade de investimento que tem a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital”. -----

-----O Presidente da Câmara concluiu referindo que, no que diz respeito às faltas de pessoal, “não há qualquer intenção de denegrir seja quem for”. -----

-----O Vereador Mário Alves disse entender que “é de mau gosto”, sublinhando que querendo introduzir esses dados, deveriam ter sido introduzidos de forma genérica, sem especificar o tipo de trabalhadores que terão estado ausentes. -----

-----O Presidente da Câmara referiu reconhecer que no que diz respeito ao pagamento da dívida a curto prazo, poderia ter sido utilizado o método referido pelo Vereador Paulo Rocha. Esclareceu ainda que o Relatório de Gestão foi da sua responsabilidade e não dos técnicos que o elaboraram, e que apesar de fazer referência ao mandato anterior, não houve qualquer intenção política na sua elaboração. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves esclareceu também que não está indignado pelo facto do relatório se referir à gestão do executivo anterior, mas sim pela leitura que é feita dos números, ou seja a leitura que é feita dos factos. -----

-----**Postos os documentos em apreço à votação, foi deliberado, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente e Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Paulo Rocha e Mário Alves, e as abstenções dos Vereadores José Carlos Mendes e Telma Martinho, que a justificaram pelo facto dos documentos em análise se reportarem ao mandato anterior, e bem assim pelo facto de existirem obras inscritas nas GOP's que implicaram ao Município uma despesa significativa, e que não subscreviam, aprovar o Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2009.** -----

-----**Foi igualmente deliberado, submeter os referidos documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção.** -----

-----**1.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2009**-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação da aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2009, descrita na página 40/40 do Relatório de Gestão, conforme documento em anexo (DOC.1). -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção.** -----

-----**1.3 - 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2010**-----

D.A.G.F./DOC.2

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara a proposta de 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2010, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, solicitando ao Director de Departamento de Administração Geral e Finanças que fizesse uma breve abordagem às alterações consideradas mais relevantes. Esclareceu no entanto que relativamente aos números totais verifica-se a criação de um lugar para Assistente Técnico no Gabinete de Apoio ao Presidente, sublinhando que todos os outros registos são em termos de alteração de denominação, a fim de evitar problemas como os que surgiram no decurso do concurso aberto recentemente para admissão de funcionários para as vias de comunicação. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu tratar-se de uma situação que foi abordada na última reunião pública da Câmara Municipal, lembrando que as pessoas que são contratadas com determinada categoria, para exercer determinada função, é essa função que devem exercer. Lembrou igualmente que o executivo em permanência colocou recentemente uma pessoa contratada como Vigilante de Parques e Jardins, a desempenhar uma actividade que nada tem a ver com a função para o qual foi contratado. Disse ainda que relativamente ao Mapa de Pessoal tem algumas dúvidas, face à invocada aplicação do PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento nas autarquias, no que diz respeito ao domínio do Pessoal, pois a este nível significa que por três funcionários que saiam só entra um. Mais referiu entender que no concelho de Oliveira do Hospital não se justifica a criação de um Gabinete e o cargo de um Arqueólogo, sublinhando que poderá justificar-se a contratação de um Licenciado em História, cujas habilitações lhe permitem fazer esse tipo de trabalho e outros, mas especificamente em Arqueologia, nada justifica ter de ser um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Arqueólogo. Disse ainda que da análise que efectuou às alterações propostas não se justifica a existência, quer de três Arquitectos, quer de três Desenhadores na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, uma vez que a pretensão do executivo em permanência é criar mais lugares para o efeito, além daqueles que já existem, por considerar ser excessivo. -----

-----O Presidente da Câmara informou que está a ser desenvolvido um trabalho no sentido de reestruturar os serviços da Câmara Municipal. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que o Governo reduziu o número de categorias a pensar na capacidade de adaptação dos funcionários a novas funções, pelo que no seu entender não faz qualquer sentido estar a recrutar novo pessoal para áreas específicas uma vez que há funcionários que poderão exercer mais do que uma função. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que a sua pretensão é que os serviços da autarquia sejam cada vez mais eficazes e eficientes. Mais referiu que, neste momento, aquilo que mais o preocupa é o aumento do desemprego, quer no país, quer no concelho de Oliveira do Hospital, salientando no entanto, que “perante a situação actual, e perante os desafios do futuro, o Município de Oliveira do Hospital deve efectivamente apontar para o emagrecimento do seu número de trabalhadores, mas neste momento não é viável porque não podemos enviar pessoas para o desemprego, quando o mercado de trabalho não os pode absorver”. Disse ainda entender que “nesta perspectiva é necessário reduzir o número de trabalhadores e provavelmente efectuar alguns balanços no sentido de privatizar determinados serviços”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “vai ter que reduzir obrigatoriamente”. -----

-----Os vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS referiram concordar que se faça uma diminuição do número de funcionários na Câmara Municipal e bem assim que parte dos serviços seja efectuado através de contratação a empresas privadas. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse reconhecer que a situação actual não é a melhor para quem está contratado, e que, certamente se estivesse no lado de lá que sentiria também uma angústia muito grande face à instabilidade que se vive ao nível do mercado de trabalho, quer no país, quer no concelho de Oliveira do Hospital. Salientou no entanto que estão sensíveis à aprovação das alterações propostas tendo em conta a realidade que se vive actualmente. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que “a maioria das propostas que são feitas, 90% é para contrato por tempo indeterminado, ou seja para o quadro”. Mais referiu que ao contrário do Vereador José Carlos Mendes não concorda que parte dos serviços sejam efectuados recorrendo à contratação de empresas, por considerar que a grande maioria deste tipo de empresas não asseguram os demais elementares direitos dos trabalhadores, citando a título de exemplo a forma como foram contratados os professores no âmbito das AEC noutros municípios. Disse igualmente entender que, se a Câmara Municipal concluir que necessita de “x” funcionário para determinado serviço, e que essa necessidade se pode prolongar por um período de 15/20 anos, deve optar por contratá-lo”. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes justificou as suas declarações na razão de entender que existem serviços de que a Câmara Municipal pode efectivamente prescindir de ter funcionários para o realizar por considerar que existem empresas com tecnologias e pessoal mais capazes de os desenvolver com qualidade e por menor preço. Mais referiu que, actualmente, existe legislação que protege o pessoal relativamente ao seu local de trabalho e se a Câmara Municipal perceber que alguma coisa está a funcionar mal pode alertar a empresa em causa para a caducidade da contratação efectuada. Reconhece no entanto que existem serviços que têm efectivamente que estar assegurados por funcionários da Câmara Municipal. Esclareceu no entanto que, existindo serviços cujos funcionários não consigam dar resposta a todo o trabalho, há no mercado empresas que podem fornecer alguns desses trabalhos, pontualmente. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves lembrou que “nunca o emprego esteve tão precário como hoje”. Prosseguiu lembrando igualmente que a Câmara Municipal, num passado muito recente, já utilizou empresas locais para prestação de serviço na área de Topografia, esclarecendo que não estava a referir-se a casos pontuais e específicos mas sim a outras situações tais como aquela que referiu anteriormente no âmbito da contratação de professores para o desenvolvimento das AEC. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu ainda que apesar de existirem situações para regularizar que transitaram do executivo anterior, o executivo em permanência não tem qualquer intenção de prejudicar seja quem for, frisando que é também nesse sentido que está a ser desenvolvido o trabalho de reestruturação dos serviços da Câmara Municipal. -----

-----**Por proposta do Presidente a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no nº 3 do artº 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho, e as abstenções dos Vereadores Mário Alves e Paulo Rocha que a justificaram pelas razões acima aduzidas, remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Oliveira do Hospital para 2010, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.** -----

----- Neste momento, o Vereador Paulo Rocha deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais. -----

-----**1.4 - BOLSAS DE ESTUDO**-----

**D.A.G.F./DOC.3**

-----Na sequência da deliberação camarária de 17 de Fevereiro de 2010, foi presente pela Vereadora Graça Silva a acta da reunião do Júri do concurso para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior, que teve lugar no passado dia 19 de Abril, e que por ser extensa se dá por inteiramente reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa a este livro de actas, dando conhecimento à Câmara Municipal que de acordo com a apreciação das referidas candidaturas, efectuada pelo respectivo Júri, foi deliberado, por unanimidade, propor à Câmara Municipal a atribuição das seguintes bolsas no valor constante nos quadros abaixo indicados:-----

ESCOLAS DO CONCELHO			
Ordem	Candidato	Bolsa (s) atribuída (s) por outras Instituições	Bolsa Mensal a Atribuir
			Art.º 4.º 2) - 50% de( 40% da RMM: 180,00 €) ou seja 90,00€
1º	Cátia Alexandra Gregório Brito	0,00 €	90,00 €
2º	Dina Isabel Ribeiro Dias	220,00 €	5,00 €
3º	Marília Sofia Ferreira Tavares	77,00 €	90,00 €
4º	Orlando José Oliveira Nunes	77,00 €	90,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

ESCOLAS DE FORA DO CONCELHO			
Ordem	Candidato	Bolsa (s) atribuídas) por outras Instituições	Bolsa Mensal a Atribuir
			Art.º 4.º 1) - 40% da RMM: 180,00 €
1º	Mariana Marques Gomes	0,00 €	180,00 €
2º	Susana Tiago Fonseca	179,60 €	45,40 €
3º	Daniela Filipa Gouveia da Costa	0,00 €	180,00 €

-----Deu ainda conhecimento que o Júri do concurso em apreço deliberou igualmente propor à Câmara Municipal a exclusão das seguintes candidaturas a bolsas de estudo, de acordo com a fundamentação indicada no quadro que se segue:-----

CANDIDATOS EXCLUÍDOS	FUNDAMENTAÇÃO
Ana Rita Cunha Mendes	Excluída b)
Alcina Branca Rodrigues	Excluída a)
Ana Cláudia Pereira Borges	Excluída d)
Ana Lúcia Pais Campina	Excluída b)
Ângela Filipa Carvalho Delgado	Excluída d)
Carlos Gabriel Rodrigues Lopes	Excluído e)
Carolina Martinho Xavier	Excluída a)
Cátia Alexandra Figueiras Fonseca	Excluída d)
Cátia Margarida Jorge Figueiredo	Excluída c)
Cláudia Isabel Abreu Figueiredo	Excluída d)
Daniela Alexandra Dinis Costa	Excluída d)
Daniela Sofia dos Santos Fernandes	Excluída d)
Diogo Mário Nunes Antunes	Excluído a)
Francisca Alves dos Santos	Excluída d)
Glória de Fátima Peres Brás	Excluída b)
Hugo Filipe Henriques Saraiva Marques	Excluído d)
Joana Margarida Ferrão de Campos	Excluída a)
Joana Raquel Garcia	Excluída d)
João Emanuel Quaresma Ribeiro	Excluído d)
Luís Carlos da Costa Grainhas	Excluído d)



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Luís Carlos Quaresma Ribeiro	Excluído e)
Maria Dalila Kabangu Rodrigues	Excluída b)
Pedro Miguel da Silva Ribeiro Martins Coelho	Excluído d)
Romeo de Campos Mendes	Excluído a)
Teresa do Rosário Oliveira Mendes	Excluída d)

a) O agregado familiar possui um rendimento *per capita* superior a 80% da Remuneração Mínima Mensal não obedecendo assim ao disposto na alínea e) do artº. 5º. do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior;

b) Possui bolsa de estudo de valor superior a 50% da Remuneração Mínima Mensal não obedecendo assim ao disposto na alínea f) do artº. 5º. do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior;

c) Não ingressou ou frequenta o ensino superior não obedecendo assim ao disposto na alínea do artº. 5º. do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior;

d) Excede o contingente fixado no Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior, para o número de bolsas a atribuir pela Câmara Municipal;

e) Não obteve aproveitamento no ano lectivo anterior ao da candidatura.

-----Pelo exposto, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, homologar a acta da referida reunião do Júri do Concurso para Atribuição de Bolsas de Estudo, e por conseguinte aprovar a lista provisória dos candidatos, a qual deverá ser publicitada através de edital a afixar nos lugares de estilo e notificada por escrito, aos candidatos, cabendo recurso da mesma para a Câmara Municipal, a interpor no prazo de dez dias a contar da data da recepção da comunicação.-----

-----**1.5 - REGULAMENTO DO CONCURSO "TOCA A RECICLAR"**-----

D.A.G.F./DOC.4

-----Sob proposta da Vereadora Graça Silva, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar as Normas Regulamentares que regem o Concurso de Instrumentos Musicais Reciclados – “Toca a Reciclar”, a levar a efeito pelo Município de Oliveira do Hospital, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -- -----

-----**1.6 - REGULAMENTO DO CONCURSO "FESTIVAL DA CANÇÃO"**-----

D.A.G.F./DOC.5

-----Sob proposta da Vereadora Graça Silva, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar as Normas Regulamentares que regem o Festival Infantil da Canção - 2010 do Município de Oliveira do Hospital, a realizar no âmbito das Actividades de enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----**1.7 - REGULAMENTO DO CONCURSO DAS MARCHAS POPULARES/2010**-----

D.A.G.F

-----No seguimento da deliberação camarária de 13 de Abril de 2010 e considerando um conjunto de questões levantadas sobre o assunto em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e sob proposta do Presidente da Câmara, adiar novamente a sua análise e discussão para uma próxima reunião.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**1.8 - RESULTADOS DO CONCURSO DE DOÇARIA "FESTA DO QUEIJO"**-----

-----A Vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal dos resultados do Concurso, em epígrafe, a saber: -----

Classificados	Nome	Valor do Prémio a Atribuir
1º	Fernando Manuel Quintino Gonçalves	100,00 €
2º	Helena Maria Veloso Albernaz	75,00 €
3º	Ana Teresa Cruz Marques	50,00 €

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**1.9 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, agendar uma reunião extraordinária para o próximo dia 29 de Abril do ano em curso, com a seguinte ordem do dia:-----

-----**PONTO ÚNICO - Revisão ao Regulamento Geral das Taxas Municipais Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e respectiva Tabela de Taxas e Tarifas do Município de Oliveira do Hospital.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

-----**CONCLUSÃO DA ACTA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **doze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 20 de Abril de 2010**-----



**REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DE 20  
DE ABRIL DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---





**REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DE 20  
DE ABRIL DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**